

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ESTRUTURA FAMILIAR EM SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO COLONIAL: A FAMÍLIA AGREGADA EM ITÚ DE 1780 A 1830.

ENI DE MESQUITA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. — INTRODUÇÃO.

Nos últimos dez anos, historiadores têm se voltado para o estudo sistemático da família, penetrando em um campo, anteriormente praticamente limitado a trabalhos de antropólogos e sociólogos (1).

Essa preocupação se justifica, dada a importância do assunto para entender a natureza das sociedades, tanto no presente como no passado, levando-se em conta que

“... the family is the fundamental instrumental foundation of the larger society structure, in that all other institutions depend on its contributions” (2).

Especificamente no caso brasileiro, o assunto tem sido pouco investigado, principalmente se pensarmos na relevância das funções eco-

(1). — A esse respeito ver Tamara K. Hareven, “The History of the family as an Interdisciplinary Field”, in *The Family in History*, ed. Theodore K. Rabb and Robert I. Rotberg (New York: Harper & Row, 1973), p. 211, em que faz considerações a respeito do estudo da família, que entrou em voga somente na última década, desde a publicação do livro de Philippe Aries, *Centuries of Childhood: A Social History of Family Life* (New York: 1962; originariamente publicado como *L'Enfant et la vie Familiale sous L'Ancien Regime* (Paris, 1960).

(2). — William J. Goode, *The family* (New York: Prentice Hall Inc.; Englewood Cliffs, 1964), p. 4.

nômico-sociais desempenhadas pela família dentro da História do Brasil desde o início do período colonial.

Proveniente da transplantação e adaptação da família portuguesa ao novo ambiente colonial, segundo Antônio Cândido — não encontrou em princípio condições favoráveis, mas gerou um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência (3).

Esse modelo explorado genericamente por estudiosos como Gilberto Freyre (4) e Oliveira Viana (5), permaneceu tradicionalmente aceito dentro da historiografia brasileira, como um exemplo válido e estático para toda a sociedade colonial.

Entretanto, a família patriarcal assumiu características diferentes regionalmente e mudou com o tempo (6). Reconhecendo essas variações, pesquisadores e revisionistas como Antônio Cândido (7), Emílio Willems (8) e alguns outros (9), adentraram por esse campo de estudos, sugerindo novas investigações. Também Roger Bastide (10), recentemente aborda o mesmo problema, enfatizando a necessidade de métodos monográficos como solução para preencher essa lacuna.

(3). — Para Antônio Cândido, *The Brazilian Family*, in T. Lynn Smith and Alexander Marchand eds., *Brazil Portrait of Half a Continent* (New York: 1951), pp. 292-93, a maior parte dos colonizadores que ocuparam o Brasil, vieram das zonas rurais e do estrato médio ou baixo da sociedade, sendo portanto mais próximos da velha estrutura familiar patriarcal portuguesa que os estratos mais altos e a população urbana.

(4). — Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* (Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943); *The mansions and the Shanties (Sobrados e Mocambos)*, ed. Harriet de Onis (New York: Knopf, 1963) e *Ordem e Progresso; processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre* (Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959).

(5). — Oliveira Viana, *Evolução do povo Brasileiro*, 3 ed., (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938) e *Instituições políticas brasileiras*, 2 ed. (Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955).

(6). — A mesma idéia encontramos no trabalho revisionista de Darrel E. Levi, *The Modernizing Family in Brazil: the case of the Prados of São Paulo, 1840-1930, paper delivered at the 88th Annual Meeting of the American Historical Association San Francisco*, December 28-30, 1973. p. 1.

(7). — Cândido, *op. cit.*

(8). — Emílio Willems, *The structure of the Brazilian Family*, in *Social Forces*, 31 (no. 4, May 1953) e também *Cunha, Tradição e transição em uma cultura rural no Brasil* (São Paulo: Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade, Ag-ícola, 1947).

(9). — Tais como: Luis de Aguiar Costa Pinto: "Lutas de família no Brasil (era colonial)", *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 87-88 (1942-43), Lucilla Hermann: Guaratinguetá num período de trezentos anos, *Revista de Administração*, vol. 40 (setembro, 1958)

(10). — Roger Bastide apud Antônio Cândido, *op. cit.*, p. 305.

Ao nosso entender essa necessidade vai mais alem, pois a estrutura da família varia

“... not only from one society to another but also from one class to another within the same society” (11).

Seguindo a linha de pensamento de Goode, é nossa intenção nesse trabalho, estudar a família no Brasil Colônia, partindo da análise dos padrões de comportamento desenvolvidos pelo grupo existente na periferia da família patriarcal (12).

Devido à complexidade de categorias sociais envolvidas nesse círculo, escolhemos como forma de penetrar o problema a família agregada, que aparece também na Capitania de São Paulo na região de Itú, no final do século XVIII e início do XIX (13).

*

2. — A REGIÃO DE ITÚ.

A escolha do local e da época tornam-se compreensíveis portanto, por fornecerem elementos básicos para a compreensão do assunto ou seja: sistema econômico latifundiário voltado para o mercado externo assentado em uma estrutura social fundada na família patriarcal escravocrata.

A vila de Itú de 1610, ano de sua fundação, até a expansão da lavoura canavieira passou por um período de economia incipiente, tendo na atividade de subsistência a única forma de vida. De modo geral os níveis da produção agrícola se ajustavam ao consumo próprio com pequenos excedentes comercializados (14).

Com a recuperação da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo em 1765 (15) e o início do governo de Francisco da Cunha

(11). — Good, *op. cit.*, p. 44.

(12). — Optamos por esse tipo de análise por considerarmos que o modelo patriarcal brasileiro, sempre foi estudado do ponto de vista dos estratos sociais mais altos, deixando-se sempre de lado as camadas mais baixas da população e os grupos minoritários. Esses últimos geralmente eram incorporados direta ou indiretamente aos grupos de parentesco, com os quais mantinham relações de dependência em caráter temporário ou permanente.

(13). — A família agregada é um fenômeno de ocorrência generalizada em toda a História do Brasil, desde o início da colonização até os dias de hoje.

(14). — A respeito dos níveis de produção agrícola na Capitania de São Paulo no final do século XVIII ver, Alice P. Canabrava, Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26 (Outubro/Dezembro, 1972), p. 116.

(15). — A Capitania de São Paulo, administrativamente passara a pertencer ao território do Rio de Janeiro em 1748.

Menezes — o Morgado de Mateus (1765-1775), as condições econômicas internas foram se modificando, embora lentamente.

De uma fase de despopulação e pobreza que caracteriza a vida paulista até a decadência da mineração, vai se operando uma transformação contínua até as primeiras décadas do século XIX, vinculada ao estímulo e crescimento da lavoura canavieira.

O reflexo desses acontecimentos se fez sentir na vida econômica das antigas vilas e povoações, que foram aos poucos se enriquecendo, com as possibilidades de novas terras para o plantio e ocupação.

Dentro desse contexto, podemos dizer que houve uma certa revitalização dos núcleos urbanos que centralizavam a economia da cana-de-açúcar. Dentre eles Itú, que como a maioria das vilas coloniais ao se fundar, se apresentou escassa de gente e sem recursos, engendra seu crescimento a partir do momento que se evidencia com maior nitidez a expansão da agricultura comercial.

Com uma população de 4.857 habitantes, distribuídos por 608 fogos em 1773 (16), teve seu desenvolvimento graças aos engenhos de açúcar que vão se delineando em número crescente na sua periferia, já no final do setecentismo.

Vamos encontrar portanto a família agregada num contexto de transição econômica e de modificações estruturais dentro da sociedade, vista estar nesse momento na Capitania de São Paulo a agricultura comercial em expansão, responsável pela transformação que se opera tanto na área rural quanto no setor urbano.

*

3. — A FAMÍLIA AGREGADA DENTRO DA ESTRUTURA DA SOCIEDADE COLONIAL.

No Brasil, desde o início da colonização, as condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata (17). Essa situação associada a vários fatores, como a descentralização administrativa, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, provocou a instala-

(16). — Dado retirado da "Relação particular do número de habitantes que continha o Distrito de Itú, divididos em 10 classes", *Maços de População de Itú*, MSS, lata 71, 1773, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. Alice P. Canabrava, *op. cit.*, p. 35 da para Itú e Ararytaguaba um total de 2708 habitantes e 658 fogos no ano de 1766.

(17). — Ver Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 12 ed., (São Paulo: Brasiliense, 1970), pp. 33,34.

ção de uma sociedade do tipo paternalista (18), onde as relações de caráter pessoal assumiam lugar de vital importância.

Nesse contexto, era quase uma contingência para os indivíduos, se incorporarem aos agrupamentos parentais, que funcionavam ao mesmo tempo como organizações defensivas (19) e centros de propulsão econômica. Para Alcântara Machado

“é o instinto de conservação que solidariza a parentela. É a necessidade de defesa que faz da família colonial um corpo estável e homogêneo” (20).

Concentrando em seu núcleo as funções econômico-sociais mais importantes, a família vai desempenhar portanto um papel prioritário nesse processo, aparecendo também como solução inevitável para os problemas de acomodação sócio-cultural da população livre e pobre (21).

Antônio Cândido, analisando a composição da família partiarcal, mostra que ela comporta uma dupla estrutura:

“um núcleo central legalizado composto pelo branco e seus filhos legítimos”

e uma camada periférica não bem delineada e complexa (22). Deste último grupo fazem parte: parentes próximos ou distantes, agregados (23), e escravos. Incluímos também nesse círculo, os moradores, parceiros, sitiantes e pequenos proprietários que por laços de sangue ou vizinhança, mantinham relações de dependência ou de trabalho com o senhor de engenho.

(18). — A essa situação também se refere, Stuart B. Schwartz, “Magistracy and Society in Colonial Brazil”, *Hispanic American Historical Review* (November, 1970), p. 715.

(19). — Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, 2 ed., (São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1930), pp. 145-46.

(20). — Ver também Pinto de Aguiar, *op. cit.*

(21). — Sérgio Buarque de Holanda, “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* nº 1 (1966), analisa o problema da existência dos grupos flutuantes e marginais, praticamente incontáveis numericamente durante o período colonial.

(22). — Cândido, *op. cit.*, p. 294.

(23). — É muito difícil estabelecer um critério nítido de distinção entre parentes e agregados, porque os censos de população de Itú, muitas vezes não fazem essa separação.

Se por um lado para esses elementos era necessário procurar a proteção de uma família, para o proprietário também era interessante a sua manutenção, que significava projeção política em um tipo de sociedade em que o prestígio político era medido pela quantidade de “arcos” que o seguiam (24).

Como fenômeno sociologicamente normal, a família agregada aparece portanto na periferia da família patriarcal, gozando muitas vezes de uma situação privilegiada e outras vezes apenas “morando de favor”.

No caso de Itú, na época da lavoura canavieira, a estrutura familiar é bastante complexa (25) e até certo ponto comparável ao modelo que apresentamos anteriormente. O desenvolvimento da agricultura comercial e o conseqüente aumento do nível de riqueza na área, provocou um certo alargamento das unidades nucleares. Os proprietários se fazem cercar de parentes, escravos e agregados, aparentemente como nas demais regiões latifundiárias monocultoras.

Mas apesar dessa tendência geral de aceitação de membros subsidiários, um levantamento estatístico que realizamos nos recenseamentos de população (26) comprovou que ainda na maior parte das casas o trabalho era realizado pelo casal com a ajuda dos filhos ou então de parentes, como no período em que prevalecia a atividade de subsistência. O grande número de famílias que encontramos, sem escravos ou mesmo agregados, justifica essa afirmação. Em 1773, 309 fogos não tinham escravos e nem agregados e nos anos posteriores a situação praticamente se repete:

ANO	NÚMERO DE FOGOS	%
1792	663	50
1798	425	47
1803	507	50
1809	542	49
1813	428	50
1818	600	56
1822	568	54
1829	572	55

Fonte: *Maços de População de Itú*, Daesp, 1773-1829 (27).

(24). — Laima Mesgravis, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884); contribuição ao estudo da Assistência Social no Brasil* (São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1972), p. 233.

(25). — Estão arrolados em cada fogo nos Maços de População de Itú, os livres, escravos, agregados e forros, que aparecem anotados como categorias distintas. Os livres e agregados, que tanto podiam ser brancos, pretos ou mulatos, se agrupavam por relações de parentesco ou de trabalho o que significa que nem sempre a unidade familiar está representada apenas pelo casal e sua prole.

(26). — *Maços de População de Itú*, MSS, latas 71 a 79, Daesp.

(7). — *Ibidem*.

Concluimos portanto que embora a penetração de mão-de-obra escrava tivesse ocorrido em larga escala na vila de Itú e sua periferia era destinada principalmente para suprir o trabalho nas grandes fazendas, em detrimento dos pequenos proprietários e dos negócios urbanos.

Acreditamos que essa situação favoreceu a aceitação de agregados junto as famílias locais que tinham necessidade de braços para o trabalho e não podiam comprar escravos devido ao seu alto custo. Por outro lado, senhores de engenho tambem colocavam famílias agregadas em suas terras, já que muitas vezes a dimensão das propriedades ultrapassavam as necessidades de produção e as possibilidades de expansão face a solicitação do mercado. O estabelecimento dessas famílias em pontos isolados da fazenda, representava tambem defesa e ocupação da terra, já que lá se instalavam construindo suas casas de pau-a-pique e plantando mantimentos.

O fenômeno de acomodação ou ajustamento dos agregados, se verifica portanto de forma persistente junto às diversas camadas sociais ituanas tanto no campo como na vila. Comparando o total de famílias com agregados e com escravos nesse período, obtivemos os seguintes dados:

Anos	Famílias com agregados	Famílias com escravos
1773	62 (24%)	121 (47%)
1792	321 (24%)	475 (36%)
1798	188 (21%)	363 (41%)
1803	237 (23%)	356 (35%)
1809	286 (26%)	392 (36%)
1813	193 (22%)	306 (36%)
1818	166 (15%)	375 (35%)
1822	184 (17%)	380 (36%)
1829	181 (17%)	375 (36%)

Fonte: *Maços de População de Itú*, Daesp, 1773-1829 (28).

Famílias com agregados.

Anos	Peque-		Mé-	(3-5 mem-)		Gran-	(+ 6)
	na	(1-2 mem-		dia	bros		
	sim	b-os)	sim	não	sim	não	
1773	28 (34%)	55	17 (18%)	78	17 (22%)	60	
1792	167 (40%)	254	97 (17%)	469	57 (17%)	273	
1798	100 (29%)	248	58 (16%)	297	30 (16%)	161	
1803	130 (35%)	241	75 (17%)	358	32 (16%)	172	
1809	141 (33%)	291	95 (21%)	357	50 (24%)	161	
1813	104 (30%)	245	71 (18%)	315	18 (15%)	104	

(28). — *Ibidem*.

Anos	Pequena		Média		Grande	
	sim	não	sim	não	sim	não
1818	95 (19%)	394	51 (12%)	357	29 (11%)	155
1822	111 (24%)	357	46 (11%)	363	27 (15%)	148
1829	107 (22%)	377	53 (13%)	347	21 (13%)	136

Fonte: *Maços de População de Itú*, Daesp, 1773-1829.

*

4. — A COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA AGREGADA EM ITÚ.

Examinando a estrutura das famílias agregadas em Itú, pudemos observar que são bem mais desorganizadas que as demais. O fato de encontrarmos com maior frequência agregados solteiros, ligados basicamente por parentesco, amizade ou trabalho com o proprietário do fogo, mostra que a manutenção de relações dentro do próprio grupo, adquire um caráter secundário e ao que parece pouco persistente (29).

Acreditamos que as condições precárias de vida, a instabilidade e a mobilidade espacial, reduziram as possibilidades de casamentos e dificultaram a união das famílias, que assumem uma feição pouco estável, o que contrasta de uma certa forma com a rigidez que prevalecia nas camadas superiores.

Emílio Willems, analisando a mesma situação para Cunha, constatou que com a mobilidade horizontal da população e

“as distâncias consideráveis entre os bairros, as famílias de agregados e pequenos sitiantes se desintegram facilmente”.

Relata também que são frequentes as referências a

“casais que se largam “e” bailes realizados na roça levam às vezes, à separação de casais, passando cada um a viver maritalmente com outra pessoa” (30).

Ao que tudo indica, as formas como os agregados se articulavam socialmente encorajaram diferentes tipos de uniões, de preferência não legalizadas e pouco duradouras.

(29). — A carência e mesmo omissões de informações a respeito dos vínculos de parentesco ou de trabalho, entre os agregados ligados ao mesmo grupo familiar, não nos permite uma análise mais profunda do problema.

(30). — Willems 2, *op. cit.*, pp. 49-50.

Os matrimônios, não levavam em conta o fator cor, que geralmente predominava nos grupos economicamente melhor situados e acontecia com mais facilidade entre os mais pobres (31). Agregados brancos e mulatos casavam entre si, apesar da maior persistência de uniões entre elementos da mesma raça. Casamentos interraciais com pretos porem eram menos comuns, como era de se esperar numa sociedade escravocrata. A coexistência de agregados brancos, pretos e mulatos numa mesma casa, deve ter favorecido o contato e mesmo provocado essas uniões. O mesmo fenômeno não se repete entre os agregados em melhores condições econômicas, que estabelecem nítidas distinções a esse respeito.

A maior parte das famílias nessa camada eram nucleares: constituídas apenas do casal ou então do casal e pequeno número de filhos. Casais mais pobres, geralmente se separavam dos filhos que eram encaminhados para a proteção das famílias de mais posses, que os criavam para se ocuparem em pequenos serviços domésticos (32). Por outro lado, muitas vezes os filhos permaneciam junto aos pais até em idade avançada, ajudando economicamente a família. Tal fato nos leva a considerar que não havia um padrão único de comportamento em todo o grupo, mas parentes mais velhos (mães ou pais) não foram encontrados junto às famílias agregadas, sendo mais comuns nos casos de agregados solteiros com mais de 20 anos (33).

Os amasiamentos eram também bastante comuns, originando um outro tipo de família não legalizada, que era bastante comum na vila e entre as pessoas de menor posse. Mulheres agregadas também viam maritalmente com homens solteiros ou viuvos, sem que isso resultasse em uniões definitivas ou mesmo segurança para sua prole. Laima Mesgravis, considerando esse problema se refere à exploração sexual da mulher de cor, índia ou negra, pelo branco proprietário,

“propiciada e admitida pela escravidão, e que foi responsável pela multidão de bastardos”

na sociedade colonial (34). Mesmo quando livre, a mulher mestiça ou de cor não escapava a essa exploração, uma vez que os costumes só a aceitavam como concubina temporária,

(31). — Encontramos casos de casamentos mistos como o do soldado e negociante Manoel Joaquim Ribeiro (branco) que era casado com Gertrudes Maria (mulata). (*Maços de População de Itú*, MSS, lata 77, 1813).

(32). — Francisco Nardy Filho, *A Cidade de Ytú*, (São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1950), p. 126.

(33). — Willems 2, *op. cit.*, p. 50, fala que muitos pais em Cunha acusavam os filhos e outros parentes de te-los abandonado na velhice.

(34). — Mesgravis, *op. cit.*, p. 240.

“numa união cuja duração dependia tão somente do capricho do homem” (35).

Na sociedade de Itú nessa época, essa situação pode ser facilmente constatada, pelo grande número de mulheres solteiras com filhos, muitas vezes de cor diferente da sua. A mulher agregada solteira e sua prole, constitui portanto um outro tipo de família, facilmente encontrável na vila (36).

Agregados e agregadas viuvos com filhos também constituem um outro tipo de família, incorporadas com frequência às famílias patriarcais. Assim temos o caso de Anna Roza (branca, viuva com 4 filhos), agregada à propriedade do senhor de engenho Jozé Severino de Almeida, que por sua vez tinha 2 filhos e 18 escravos (37).

Famílias de agregados em melhores condições econômicas, pareciam desenvolver padrões semelhantes aos estratos sociais mais altos, mostrando uma possível correlação entre a base econômica e o tipo de família. Embora sem os mesmos direitos econômicos pareciam gozar da mesma situação social da família do proprietário. Geralmente tinham seus próprios escravos e relações evidentes de parentesco, amizade ou trabalho com o dono do fogo. Na grande parte dos casos eram famílias de filhos ou filhas, casados ou viuvos que continuavam morando com o pai, o que faz lembrar de uma certa maneira a estrutura social dos morgados na Europa, onde a falta de terras colocava as filhas e os filhos segundos como agregados aos domínios (38). Na sociedade colonial brasileira, o problema se coloca de forma um pouco diferente, pois a maior facilidade de acesso a terra, permitia aos filhos a localização em seu próprio terreno. A tendência é portanto de morarem as filhas casadas com seus maridos em casa do pai, bem mais que a dos filhos casados. Essa situação sugere também, que em geral o pai tendia mais a dar ao filho uma parte da propriedade do que às filhas. Através de um relato de situação encontrado nos Maços de População de Itú, podemos nos acercar do problema: assim o soldado sertanejo, Manoel José de Almeida era genro agregado à casa do senhor de engenho Vito Antônio de Arruda Castanho. O referido agregado, tinha 4 escravos e produção de açúcar independente do sogro (39).

(35). — *Ibidem*.

(36). — Assim temos que as agregadas à casa de Fernando Jozé Bicudo, tinham 7 filhos, sendo duas delas solteiras e uma viuva. Os Maços de População não registram a identidade dos filhos, escrevendo apenas “filhos das mesmas”. (*Maços de População de Itú*, lata 78, Daesp).

(37). — *Maços de População de Itú*, MSS, lata 78, 1822, Daesp.

(38). — Manoel de Almeida e Souza Lobão, *Tratado Prático de Morgados*, 3 ed., (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), p. 17.

(39). — *Maços de População de Itú*, MSS, lata 74, 1803, Daesp.

Apesar da diversidade de tipos que assume a família agregada em Itú, não chega a constituir famílias extensas com seus próprios agregados, conforme observa Lucilla Hermann (40) em Guaratingueta, se estruturando com mais frequência em unidades basicamente nucleares.

Por outro lado, o numeroso grupo de agregados solteiros que levantamos estatisticamente, evidencia a baixa frequência dos casados legalmente, problema que atingia também outras camadas sociais segundo vários cronistas da época. Até os casamentos com homens pobres eram desencorajados nessa época, pelas dificuldades burocráticas e o alto preço das dispensas eclesiásticas (41).

Sendo assim, os solteiros sempre apresentam porcentagens superiores a 50%, ficando os casados em torno de 10%, com pequenas diferenças em relação aos viuvos. Em 1798, 50% dos agregados eram solteiros, 12,8% casados, 8% viuvos e 29,2% sem identificação quanto ao estado civil nos recenseamentos. Conforme podemos constatar pelos dados que obtivemos, o quadro é praticamente o mesmo para os anos seguintes, com um sensível aumento do número de solteiros que em 1822 e 1829 atingem mais de 70% dentre o total de agregados.

DISTRIBUIÇÃO DOS AGREGADOS QUANTO AO ESTADO CIVIL.

ANO	SOLTEIROS	CASADOS	VIUVOS	NÃO IDENT.
1798	199 (50%)	51 (12,8%)	31 (8%)	117 (29,2%)
1803	355 (71,9%)	44 (8,9%)	58 (11,9%)	37 (7,3%)
1809	409 (70%)	100 (17%)	41 (7%)	35 (6%)
1813	264 (67,8%)	49 (12,6%)	32 (8,4%)	43 (11,2%)
1818	228 (61,6%)	48 (13%)	21 (5,7%)	73 (19,7%)
1822	277 (75,4%)	52 (14,2%)	27 (7,4%)	11 (3%)
1829	299 (75,5%)	51 (14,9%)	20 (5,8%)	13 (3,8%)

Fonte: *Maços de População de Itú, Daesp, 1773-1829.*

Acreditamos que essa situação devia estar vinculada aos fatores já mencionados mas também a maior facilidade que os agregados encontravam de ajustamento ou locomoção quando solteiros ou viuvos. Geralmente os proprietários que agregavam uma família, não tinham agregados solteiros, embora não houvesse um critério único estabelecido a esse respeito.

As famílias agregadas legalmente constituídas eram mais frequentes nas áreas de lavoura que na vila, onde proliferavam as anômalas e

(40). — Hermann, *op. cit.*, p. 80.

(41). — Mesgravis, *op. cit.*, p. 240.

os agregados solteiros. Provavelmente as condições na roça, favoreciam a divisão do trabalho e da terra com outras famílias, o que não devia acontecer na vila, onde os solteiros eram melhor qualificados como mão-de-obra para os ofícios mecânicos ou mesmo jornais.

De um total de 257 agregados em 1813, nas duas primeiras Companhias de Ordenanças de Itú, que englobavam a maior parte das ruas da vila (42), 181 eram solteiros, 29 casados, 24 viuvos e 23 sem identificação quanto ao estado civil. Em 1818, a primeira Companhia de Ordenança que compreendia as ruas do Comércio, Direita e Santa Rita, tinha 55 agregados solteiros e apenas 2 casados.

Os dados estatísticos compilados para os outros anos, apresentam praticamente o mesmo panorama, o que nos leva a crer que para o agregado que na maior parte das vezes “morava de favor”, era mais encorajador permanecer solteiro ou se unir ilegalmente, numa sociedade em que as oportunidades de trabalho eram restritas. Na área rural onde geralmente havia mais lugar para a economia de subsistência, os casamentos parecem ter se realizado com mais frequência.

Mesmo nas grandes propriedades com escravos numerosos, as famílias agregadas eram bem aceitas. Lá ocupavam uma pequena parte da terra, levantavam uma casa de pau-a-pique ou de taipa e plantavam mantimentos. Nesses casos passavam a fazer parte da família patriarcal que lhes dispensava proteção e normalmente incorporava os seguintes grupos: a família do proprietário, as famílias dos agregados e os agregados solteiros, as famílias dos escravos e os escravos solteiros.

Se incorporavam portanto às condições da economia agrícola colonial (monocultora, latifundiária e escravagista), onde os grupos econômicos quase que por completo se identificaram com os grupos de parentesco,

“acrescidos dos agregados, e dependentes que constituíam a vasta clientela da família patriarcal” (43).

Criavam-se entre esses dois elementos, senhor e agregado, laços de serviços mútuos e de solidariedade, resultantes em auxílio, defesa e lealdade.

(42). — Compreendia a primeira Companhia de Ordenanças da Vila de Itú: rua Direita Oriental, rua do Rosário, rua de Santa Rita, rua de Santa Cruz, rua do Ouvidor, Sahida do Pirahy, Chácaras, Cajurú e Pirajubú. Na segunda Companhia: rua Direita, rua das Palmas, rua de Santa Ana e Itahim-Guaçú.

(43). — Pinto de Aguiar, *op. cit.*, p. 28.

Desse modo, crimes cometidos por agregados do chefe político ficavam inteiramente impunes, enquanto os crimes dos adversários eram castigados com rigor. Frequentes são as afirmações a respeito da participação de agregados e negros armados nas lutas de famílias, características da sociedade colonial brasileira (44), onde praticamente não existia a proteção do poder público, mesmo nos vilarejos mais policiados.

Tudo isso nos leva a crer que os agregados desenvolviam dois tipos de relações familiares: a) . — do tipo patriarcal; quando participavam da “grande família” do proprietário, que lhes dispensava proteção em troca de solidariedade, dependência ou prestação de serviços mesmo quando temporária; b) . — não-patriarcais: dentro do seu pequeno núcleo familiar, devido à mobilidade espacial e às precárias condições de vida que os levavam a constituir geralmente famílias ilegais ou anômalas e de vínculos bastante frágeis (excluímos aqui os agregados mais ricos ou parentes próximos do dono da casa) .

Os condicionamentos econômicos sociais que analisamos interferiram portanto na estrutura da família agregada que apresenta de forma geral, uma feição pouco estável o que contrasta com a estrutura das famílias nas outras camadas sociais ituanas.

Concluindo de forma sintética, podemos dizer que não são muito numerosas na região de Itú mas aparecem com frequência junto às diversas camadas sociais. Na área rural são mais típicas, aquelas constituídas legalmente, proliferando na vila as matrilocais com sinais evidentes de desorganização familiar.

Quanto aos padrões de comportamento perante o modelo patriarcal são mais comuns os casos de fuga a esse modelo, apesar da semelhança de algumas, melhor situadas economicamente, em efetivar vínculos dentro desse padrão.

(44). — A esse respeito ver: Pinto de Aguiar, *op. cit.* e Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira* (São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969) .